

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programas de ensino

das cadeiras do 3.^o ano do curso
de bacharelado.

-
- 1.^a CADEIRA — Direito Civil — Obrigações, parte especial (*prof. catedrático dr. Andrade Bezerra*).
 - 2.^a CADEIRA — Direito Penal — Dos crimes em espécie (*prof. catedrático dr. Gervasio Fioravanti*).
 - 3.^a CADEIRA — Direito Comercial, Parte Geral, Contratos — (*prof. catedrático dr. Joaquim Amazonas*).
 - 4.^a CADEIRA — Direito Publico Internacional — (*prof. catedrático dr. Odilon Nestor*).
-

ANO DE 1934



RECIFE

OFICINAS GRAFICAS DA ASSOCIAÇÃO DA BÔA IMPRENSA
1934 — 4346



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programas de ensino

das cadeiras do 3.^o ano do curso
de bacharelado.

- 1.^a CADEIRA — **Direito Civil — Obrigações, parte especial** (*prof. catedrático dr. Andrade Bezerra*).
 - 2.^a CADEIRA — **Direito Penal — Dos crimes em espécie** (*prof. catedrático dr. Gervasio Fioravanti*).
 - 3.^a CADEIRA — **Direito Comercial, Parte Geral, Contratos** — (*prof. catedrático dr. Joaquim Amazonas*).
 - 4.^a CADEIRA — **Direito Publico Internacional** — (*prof. catedrático dr. Odilon Nestor*).
-

ANO DE 1934



RECIFE

OFICINAS GRAFICAS DA ASSOCIAÇÃO DA BÔA IMPRENSA
1934 — 4346

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

PRINCÍPIOS GERAIS

Os princípios da Declaração de Princípios Gerais são:

1. O direito à liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais da pessoa humana.
2. O direito à liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais da pessoa humana.
3. O direito à liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais da pessoa humana.
4. O direito à liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais da pessoa humana.
5. O direito à liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais da pessoa humana.

ANO DE 1994



DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA ASSOCIAÇÃO DA BOMBA DE ÁGUA
1994 - 1995

1.^a CADEIRA

Direito Civil

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Andrade Bezerra

(TERÇAS, QUINTAS E SABADOS ÀS 9 HORAS)

OBRIGAÇÕES — PARTE ESPECIAL

I. — 1. Contrato e ato jurídico. 2. Em que diferem dos direitos reais. 3. Proposta e seus efeitos. 4. Consentimento ou aceitação.

II. — 5. Contrato preliminar. 6. Requisitos do contrato. 7. Capacidade, sua divisão e efeitos. 8. Do encontro das vontades, sua forma externa. 9. Consentimento expresso e tácito.

III. — 10. Atos nulos e anuláveis. 11. Da lesão. 12. Proposta por intermediário. 13. Proposta entre presentes e ausentes. 14. Retratação da aceitação. 15. Contratos por correspondência.

IV. — 16. Objeto do contrato. 17. Causas futuras; pactos sucessórios. 18. Forma dos contratos. 19. Contratos realizados no estrangeiro. 20. Contratos em alto mar. 21. Contratos entre o governo e o particular.

V. — 22. A causa nos contratos. 23. Interpretação dos contratos. 24. Irrevogabilidade dos contratos. 25. Obrigatoriedade dos contratos quanto às partes, seus herdeiros e sucessores. 26. Do distrato.

VI. — 27. Classificação dos contratos. 28. Atos do devedor em fraude de credores. 29. Anulação desses atos; requisitos. 30. Da insolvência civil.

VII — 31. Nulidade e confirmação. 32. Nulidade e anulabilidade. 33. Ato bilateral e contrato bilateral. 34. Excepção *non adimpleti contractus*. 35. Clausula resolutória expressa e pacto comissório tácito. 36. Arras.

VIII. — 37. Estipulações em favor de terceiros. 38. História, definição e elementos. 39. Diversas teorias. 40. Relações entre o estipulante e o promitente. 41. Posição do beneficiário. 42. Importância social do instituto.

IX. — 43. Vícios redibitórios. 44. Relação entre a teoria dos vícios redibitórios e as do erro e do risco. 45. Extensão do dever de garantir os vícios da coisa. 46. Perecimento fortuito da coisa com o adquirente. 47. Extinção da obrigação de garantia.

X. — 48. Evicção, seus requisitos. 49. Renúncia do direito de garantia. 50. O que deve ser prestado ao evicto. 51. Denúnciação do litígio ao evicto alienante. 52. Extinção do direito de garantia.

XI — 53. Contratos aleatórios. 54. Conceito romano e moderno. 55. Relações dos contratantes. 56. Do quasi-contrato como fonte de obrigações. 57. Conceito moderno do quasi-contrato. 58. Diferenças do contrato. 59. Que espécies compreende.

XII. — 60. Da vontade unilateral como fonte de obrigações. 61. Antecedentes ao direito moderno.

XIII. — 62. Solução dos códigos modernos. 63. Do título à ordem, do título ao portador e da promessa de recompensa.

XIV. — 64. Ato ilícito, seu efeito, reparação e solidariedade. 65. Responsabilidade direta, seus requisitos. 66. Do fato imputável. 67. Da culpa. 68. Do dano patrimonial e moral.

XV. — 69. Casos de responsabilidade direta. 70. Teoria objetiva do risco criado.

XVI. — 71. Responsabilidade indireta. 72. Responsabilidade das empresas de transporte.

XVII. — 73. Responsabilidade por acidentes no trabalho. 74. Responsabilidade das pessoas jurídicas.

XVIII. — 75. Responsabilidade civil do Estado. 76. Responsabilidade mixta dos hoteleiros. 77. Responsabilidade civil e criminal.

XIX. — 78. Liquidação da obrigação resultante de ato ilícito. 79. Extensão da indenização.

XX. — 80. Evolução histórica do contrato de compra e venda. 81. Definição desse contrato. 82. Quando o contrato é perfeito e acabado. Da tradição.

XXI. — 83. Arras, arrependimento. 84. Capacidade das partes. 85. Objeto do contrato; cousas futuras, venda aleatória, venda de herança, venda de coisa indivisa. 86. Venda de coisa de outrem.

XXII. — 87. Forma do contrato de compra e venda. 88. Do preço. 89. Condições na venda. 90. Pacto *in diem additio*. 91. Pacto *displicentiae*.

XXIII. — 92. Pacto comissório. 93. Pacto *de retrovendo*. 94. Pacto de preferência. 95. Riscos e cómodos antes da tradição. 96. Riscos depois da tradição.

XXIV. — 97. Consequências da regra dos riscos. 98. Obrigações do vendedor. 99. Da entrega da coisa. 100. Das ações de garantia. Evicção. Vícios redibitórios. 101. Obrigações do comprador. 102. Imposto de transmissão.

XXV. — 103. Da lesão. 104. Espécies particulares de vendas. 105. Conceito e evolução da troca. 106. Em que difere da compra e venda. 107. Consensualidade da permuta. 108. Ações de garantia na permuta.

XXVI. — 109. Evolução da doação no direito romano. 110. Natureza jurídica da doação. 111. Definição e caracteres da doação. 112. A doação como ato de comércio: sua cessibilidade. 113. Classificação das doações. 114. Quando a doação começa a ser contrato. Aceitação.

XXVII. — 115. Capacidade para doar. 116. Capacidade para receber doações. Donatários futuros. 117. Objeto da doação. Bens presentes e futuros. Reserva do usufruto. 118. Forma das doações e seu histórico. Insinuação.

XXVIII. — 119. Revogação das doações, seus efeitos. 120. Da superveniência de filhos. 121. Doações inoficiosas. 122. Doações á concubina. 123. Doações em fraude de credores. 124. Modificação das doações por condições e encargos.

XXIX. — 125. Doações mútuas, indiretas e disfarçadas. 126. Direitos e obrigações do doador e do donatário. 127. Doações *mortis causa*. 128. Doações para casamento. 129. Doações antenupciais. 130. Doações entre marido e mulher.

XXX. — 131. Definição e técnica do contrato de locação. 132. Natureza do contrato de locação. 133. Elementos do contrato de locação.

XXXI. — 134. Objeto do contrato de locação. 135. Do preço na locação. 136. Do consentimento e capacidade para a locação. 137. Divisão da locação quanto ao objeto. 138. Locação de cousas. 139. Obrigações do locador de cousas. 140. Obrigações do locatário. 141. Direitos do locatário.

XXXII. — 142. Termo da locação. 143. Perecimento total ou parcial da coisa locada. 144. Influência da morte no termo

da locação. 145. A venda da coisa e a extinção da locação.
146. Arredamento a longo prazo.

XXXIII. — 147. Recondução tácita. 148. Bemfeitorias do locatário. 149. Direito de sublocar. 150. Cessão de arrendamento.

XXXIV. 151. Aluguer de casas. 152. Do despejo. 153. Da locação das propriedades *pro indiviso* e relações dos condôminos. 154. Arrendamento de prédios frutíferos. 155. Interpretação nos contratos de locação. 156. Modificações da locação por um termo ou condição.

XXXV. — 157. Locação de serviços: sua natureza jurídica. 158. O que se compreende na locação de serviços. 159. Subdivisão da locação de serviços. 160. Do serviço doméstico. 161. Serviços gratuitos.

XXXVI. — 162. Recondução tácita na locação de serviços. 163. Variedade da locação de serviços. 164. Da aprendizagem.

XXXVII. — 165. Questões relativas ao salário. 166. Causas de rescisão na locação de serviços. 167. Serviços liberais.

XXXVIII. — 168. Da empreitada. 169. Dos riscos da obra. 170. Direitos e obrigações do dono da obra e do empreiteiro.

XXXIX. — 171. Do contrato de transporte. 172. Obrigações do condutor. 173. Direitos do condutor. 174. Data de expedição. 175. Culpa do condutor. 176. Transporte cumulativo. 177. Da cessão no contrato de transporte.

XL. — 178. Do transporte nas vias férreas. 179. Da cláusula de não garantia. 180. Da responsabilidade das estradas de ferro em tráfego mútuo. 181. Do transporte de pessoas. 182. Dos tramways, ônibus e automóveis. 183. Casos em que a culpa das estradas de ferro não é contratual.

XLI. — 184. Do empréstimo. 185. Conceito do comodato. 186. O comodato contrato unilateral. 187. O comodato é contrato real. 188. Da promessa de comodato. 189. Capacidade do comodante. 190. Domínio e posse da coisa no comodato. 191. Vícios de consentimento no comodato.

XLII. — 192. Objeto do comodato. 193. Obrigações e direitos do comodatário. 194. Morte do comodatário. 195. Solidariedade de vários comandatários. 196. Efeitos da mora do comodante. 197. Caracteres gerais do comodato. 198. Diferenças entre o comodato e o precário, o mútuo, o uso, o usufruto e a doação.

XLIII. — 199. Conceito do mútuo. 200. Coisas que podem ser objeto do mútuo. 201. Elementos característicos do

contrato. 202. Gratuidade do mútuo. 203. Estipulação de juro.

XLIV. — 204. O mútuo, contrato real. 205. Da promessa do mútuo. 206. Propriedade do objeto do mútuo. 207. Influência do erro sobre a propriedade.

XLV. — 208. Requisitos do mútuo, capacidade, o *non dominus*. 209. Erro das partes sobre a natureza do contrato. 210. Forma de restituição no mútuo; mútuo de dinheiro e juros.

XLVI. 211. Casos especiais do mútuo. 212. Obrigações e direitos do mutuário. 213. Direitos e obrigações do mutuante. 214. Do mútuo feito a menores. 215. Prova do mútuo; excepção *non numeratæ pecuniæ*.

XLVII. — 216. Definição e caracteres do depósito. 217. A tradição no depósito. 218. O que compreende. 219. Guarda da coisa no depósito. 220. Restituição no depósito. 221. Restituição no depósito de dinheiro. 222. Diferença entre o depósito irregular e o empréstimo.

XLVIII. — 223. Gratuidade do depósito. 224. Depósito em bancos e outros estabelecimentos. 225. Diferenças entre o depósito, o comodato, o mútuo e o mandato. 226. Espécies de depósito. 227. Unilateralidade do contrato de depósito. 228. Consentimento; efeitos do erro; capacidade; depósito de coisa alheia.

XLIX. — 229. Objeto do depósito. 230. Obrigações do depositário. 231. Obrigações do depositante. 232. A solidariedade no depósito. 233. Prova no depósito. 234. Como termina o contrato de depósito. 235. Do depósito necessário. 236. Do depósito nos hotéis. 237. Sequestro; sua definição. 238. Em que difere o sequestro do embargo e do arresto.

L. — 339. Concepção romana e moderna do mandato. 240. Critério da gratuidade e da representação. 241. Divisões do mandato. 242. Mandato comercial. 243. Do mandato oneroso e gratuito. 244. Mandato expresso, tácito e verbal.

LI — 245. Mandato geral e especial. 246. Casos de mandato especial. 247. Procuração em coisa própria. 248. Natureza do contrato de mandato; da aceitação do mandatário. 249. Capacidade das partes no contrato. 250. Quem pode ser procurador.

LII. — 251. Objeto do mandato. 252. Forma do mandato. 253. Obrigações do mandatário. 254. Relações do mandatário com o mandante e com terceiros. 255. Ratificação do mandato. 256. Excesso de mandato.

LIII. — 257. Extensão da responsabilidade do mandatário. 258. Solidariedade nos mandatários múltiplos. 259. Obrigações

do mandante para com o mandatário e terceiros. 260. Substituição do mandato.

LIV. — 261. Terminação do mandato; revogação e renúncia. 262. Vícios do erro, do dolo, da violência. 263. Da assinatura. 264. Das cartas de crédito. 265. Do contrato de quotas *litis*. 266. Dos contratos consigo mesmo.

LV. — 267. Definição e caracteres da gestão. 268. Casos de gestão. 269. Negócios que podem ser objeto de gestão. 270. A gestão de negócios civil e comercial. 271. Capacidade do gestor e do dono do negócio.

LVI. — 272. Forma da gestão. 273. Fundamentos do vínculo obrigacional entre o gestor e o dono do negócio. 274. Extensão e caracteres da responsabilidade do gestor. 275. Situação do gestor que é credor do dono do negócio. 276. Solidariedade entre credores mutuos. 277. Critérios do *utiliter gestum*.

LVII. — 278. Obrigações do dono do negócio. 279. Remuneração da gestão. 280. Solidariedade entre múltiplos donos do negócio. 281. As pessoas jurídicas de direito público e a gestão de negócios. 282. Efeitos da gestão ratificada e consequências da não aprovada. 283. Da ação de *in rem verso*. 284. Semelhanças e diferenças entre a gestão de negócios e o mandato.

LVIII. — 285. Direitos autorais em geral. 286. Prazo do gozo dos direitos autorais. 287. Natureza dos direitos autorais. 288. Usufruto de direitos autorais. 289. Casos de indivisão.

LIX. — 290. Obras teatrais; obras de colaboração. 291. Obras musicais e de arte. 292. Do registo. 293. Contrafação e plágio.

LX. — 294. Contrato de edição. 295. Direitos e obrigação do autor. 296. Direitos e obrigações do editor. 297. Da representação dramática. 298. Transmissão de direitos e obrigações a herdeiros. 299. Resolução e rescisão do contrato.

LXI. — 300. Da sociedade; sua divisão em civil e comercial. 301. Sociedade e associação. 302. Sociedade universal e particular. 303. Capacidade para contratar a sociedade.

LXII. — 304. Forma das sociedades civis. 305. Objeto lícito. 306. Comunhão de interesses dos sócios. 307. Formas de sociedade. 308. Entradas, riscos e lucros. 309. Administração da sociedade.

LXIII. — 310. Obrigações e responsabilidade dos sócios. 311. Dívidas particulares dos sócios; dívidas da sociedade,

e bens particulares dos sócios. 312. Concorrência dos credores dos sócios com os da sociedade.

LXIV. Causas de dissolução da sociedade. 314. Efeitos da dissolução da sociedade para terceiros e entre os sócios; partilha social. 315. Da parceria agrícola e pecuária.

LXV — 316. Das associações 317. Da personalidade jurídica das sociedades. 318. Da dissolução das associações e suas consequências.

LXVI. — 319. Conceito do contrato de constituição de renda. 320. Fontes desse contrato. 321. Forma do contrato. 322. Espécie em que deve ser prestada a renda. 323. Beneficiário da renda. 324. Casos de extinção.

LXVII — 325. Como se adquire o direito á renda. 326. Quando começa a obrigação de pagar a renda. 327. Necessidade da tradição. 328. Casos de resilição e rescisão. 321. Garantias do devedor. 329. Encargos e condições do credor. 330. Influência da falência.

LXVIII — 331. Do contrato de seguro. 332. Comêço da obrigatoriedade do contrato. 333. Requisitos e especies da apólice. 334. Transmissão da apólice; cessão. 335. Do conflito de apólices.

LXIX — 336. Interpretação das cláusulas da apólice. 337. Do objeto do seguro; risco. 338. Do sinistro. 339. Do prêmio. 340. Do consentimento no contrato de seguro. 341. Declarações e obrigações do segurado.

LXX. — 342. Seguro de cousa por valor superior ao real. 343. Seguro de insolvência. 344. Obrigações do segurador; avaliação do dano.

LXXI. — 345. Da subrogação no contrato de seguro. 346. Princípios dominantes no seguro; do resseguro. 347. Do seguro mútuo e a prêmio fixo.

LXXII. — 348. Da sociedade seguradora. 349. Da reserva de prémios. 350. Autorisação do govêrno para os seguros mútuos. 351. Resolução, resilição e nulidade do seguro.

LXXIII — 352. Espécies de seguro. 353. Seguro contra fogo. 354. Do seguro de vida. 355. Como se forma o contrato de seguro de vida; partes que nele figuram; mutualidades. 356. Operação do seguro de vida; das reservas técnicas. 357. Divisão dos seguros de vida. 358. Quem pode fazer o seguro de vida. 359. Do risco no seguro de vida.

LXXV. — 360. Do sinistro no seguro de vida. 361. Do valor no seguro de vida. 362. Revogabilidade do benefício. 363. Cessão do seguro de vida. 364. Situação do beneficiário; natureza de seus direitos. 365. Da colação. 366. Do direito dos credores. 367. Subrogação no seguro de vida.

368. Resolução do contrato. 369. Fiscalização do governo sobre as companhias de seguro.

LXXVI. — 370. Jogo e aposta, suas diferenças. 371. Natureza dos contratos aleatórios. 372. Inelegibilidade das dívidas de jogo. 373. Compensação nas dívidas do jogo. 374. Mútuo para jogo. 375. Efeitos da transação, do compromisso e da fiança nas dívidas de jogo e efeitos da aposta sobre o jogo. 376. Pagamento da dívida do jogo pelo mandatário e pelo gestor.

LXXVII. — 377. A repetição na dívida de jogo. 378. Do dolo no jogo. 379. Efeitos do depósito da parada. 380. Quando as operações de Bolsa são jogo. 381. A sorte e seus efeitos; os clubs de jogo. 382. As loterias e as rifas.

LXXVIII. — 383. Caução e fiança. 384. Conceito do contrato de fiança. 385. Espécies e objeto da fiança. 386. Consequências da natureza jurídica da fiança; casos de nulidade.

LXXIX. — 387. Capacidade para ser fiador. 388. Efeitos da fiança em geral. 389. Efeitos da fiança entre o credor e o fiador, benefícios de excussão e de divisão. 390. Efeitos da fiança entre o fiador e o devedor.

LXXX. — 391. Recusa do fiador que paga a dívida afiançada. 392. Caso em que pode o fiador demandar o devedor antes de pagar a dívida. 393. Do recurso nos casos de fiadores múltiplos. 394. Do recurso do fiador que é credor do afiançado por título extranho á fiança. 395. Causas de extinção da fiança. 396. Das cartas de crédito.

2.^a CADEIRA

Direito Penal

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Gervasio Fioravanti

(SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, ÀS 9 HORAS)

*Teoria dos crimes considerados em especie (art. 29 § 1.^o
do Dec. 19.852)*

1

Teoria do crime político. Crimes contra a existência política da República, especialmente dos contra a independência, integridade e dignidade da Pátria.

2

Da violação de tratados e da pirataria.

3

Dos crimes contra o livre exercício dos poderes políticos; crimes contra a Constituição da República e forma de seu governo.

4

Crimes contra a segurança interna da República, especialmente da conspiração, da sedição e do ajuntamento ilícito.

5

Dos crimes contra a tranquillidade pública, especialmente do incêndio. Do exercício ilegal da medicina.

6

Dos crimes contra o livre gôso e exercício dos direitos individuais, especialmente os que se referem à liberdade dos cultos religiosos, à liberdade do trabalho e à inviolabilidade do domicílio.

7

Dos chamados delitos eleitorais.

8

Dos crimes contra a boa ordem e administração pública : prevaricação, falta de exação, peita ou soborno.

9

Concussão, peculato, excesso de autoridade, usurpação de funções públicas e irregularidade de comportamento.

10

Crimes contra a fé pública : da moeda falsa : das falsidades em documentos e papéis públicos e particulares.

11

Testemunhos, queixas e denúncias falsos. Crimes contra a fazenda pública. Do contrabando.

12

Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias. Da violência carnal e suas formas ; especialmente do atentado ao pudor e corrupção de menores.

13

Do deffloramento e do estupro.

14

Do rapto.

15

Do lenocínio.

16

Do adultério e do ultraje publico ao pudor.

17

Dos crimes contra a segurança do estado civil, especialmente da poligamia.

18

Do parto suposto. Da subtração, ocultação e abandono de menores.

19

Dos crimes contra a segurança de pessoas e vida; homicídio.

20

Infanticídio e suicídio.

21

Abôrto.

22

Lesões corporais.

23

Duelo.

24

Dos crimes contra a honra e a boa fama. Da calúnia e da injúria.

25

Crimes contra a propriedade pública e particular. Do dano, e da falência.

26

Do furto, do estelionato e abuso de confiança.

27

Da violação dos direitos de propriedade literária e artística.

28

Dos crimes contra a pessoa e propriedade. Roubo e extorsão.

29

Teoria das contravenções. Legislação comparada.

30

Das contravenções em espécie. Estudo das principais figuras de contravenção do livro 3.º do Código Penal.

3.^a CADEIRA

Direito Comercial

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Joaquim Amazonas

(SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS, ÀS 8 HORAS)

PARTE GERAL

I

Origens do comércio: seu desenvolvimento histórico. Conceito e divisões do comércio no progresso e civilização dos povos.

II

Institutos auxiliares do comércio.

III

Ideia geral do Direito. O Direito na ordem económica. Divisão do Direito. A bipartição do direito privado.

IV

O Direito Comercial e seu conceito. História e desenvolvimento; caracteres do Direito Comercial.

V

Unificação do Direito privado, ou a fusão do Direito Ci-

vil e do Comercial em um só ramo de direito. Escolas contrárias.

VI

As fontes próximas e remotas do Direito Comercial. Relações do Direito Comercial com outras ciências. Conteúdo do Direito Comercial.

VII

Teoria geral dos atos de comércio. Noções jurídica e económica.

VIII

Atos de comércio objetivos e subjetivos. Atos de comércio unilaterais ou mistos. A teoria dos atos de comércio por conexão.

IX

Os atos de comércio em Direito brasileiro.

AS PESSÔAS

X

O comerciante: capacidade e incapacidade para comerciar. Requisitos para se ser comerciante. Direito comparado.

XI

O comerciante: a mulher casada; os menores; os interditos. As pessoas de direito público e o exercício do comércio.

XII

Deveres do comerciante. Firma e registro da mesma. Livros do comerciante: sua escrituração e força probante.

XIII

As pessoas auxiliares do comércio. Representação e mandato.

XIV

Evolução do mandato comercial. Afinidades com outros institutos. Mandato geral e mandato especial.

XV

As pessoas auxiliares do comércio: o mandatário; o gerente; os representantes gerais de firmas ou empresas estrangeiras; os comissários, consignatários e agentes; os guarda-livros; os caixeiros.

XVI

Locação de serviços do pessoal auxiliar; contrato de posição. Obrigações do patrão e do pessoal.

XVII

Os medeadores comerciais: corretores e leiloeiros.

XVIII

As pessoas jurídicas: as sociedades em geral e seu desenvolvimento. Noção, definição e espécies de sociedade.

XIX

O contrato de sociedade e seus elementos fundamentais.

XX

As sociedades de fato.

XXI

Sociedades de pessoas; caracteres próprios. As sociedades em nome coletivo.

XXII

As Sociedades em comandita simples. Sociedades de capital e indústria e as em conta de participação.

XXIII

As sociedades por cotas e capital limitado. Noção e evolução. Direito comparado.

XXIV

As sociedades de capital: a) anónimas. Noção, origem e história.

XXV

As sociedades anónimas: sua constituição. Sistemas. Formalidades especiaes. Direito comparado. Formação do capital das ditas sociedades: ações e suas espécies.

XXVI

As sociedades anónimas e sua administração: as assembleias, os administradores e os fiscais.

XXVII

As sociedades de capital: b) as comanditas por ações.

XXVIII

Sociedades de capital variável: a) as cooperativas.

XXIX

Sociedades de capital variável: b) as mutualidades.

XXX

As sociedades sem capital: sindicatos.

XXXI

A personalidade jurídica das sociedades comerciais.

XXXII

Fusão e incorporação de sociedades.

XXXIII

Dissolução das sociedades comerciais: liquidação do ativo e sua distribuição.

AS COISAS

XXXIV

Generalidades sobre as coisas em Direito Comercial.

XXXV

O estabelecimento comercial: os emblemas; o credito, a freguezia.

XXXVI

Transferência de estabelecimento comercial: e que nela se compreende. Proibição de se estabelecer novamente. A concorrência desleal.

XXXVII

Mercadorias: qualidade e quantidade. Valor de troca. Circulação. As marcas de fábrica e de comércio.

XXXVIII

O dinheiro, o crédito e os títulos: generalidades. Créditos confirmados e não confirmados. Créditos contra documentos.

XXXIX

A cambial e seu conceito; história da cambial. Caracteres da obrigação cambial. Espécies de cambial: a) a letra de câmbio e seus requisitos. Direito comparado.

XL

Saque, aceitação e aval da letra do câmbio. Transferência da propriedade da letra de câmbio; endosso, suas espécies e efeitos.

XL I

Do vencimento e do pagamento da letra de câmbio. Protesto por falta de aceitação ou de pagamento da letra. Direito de regresso. Da ação cambial e suas formalidades.

XL II

Especies de cambial: b) a nota promissoria, seu conceito e requisitos. Semelhanças e diferenças em relação á letra do câmbio.

XL III

Da cambial com firmas de incapazes e com firmas falsas ou falsificadas. Emissão, endosso e aval de cambiais por mandatário.

XL IV

Do cheque, sua história e importância. Requisitos do cheque. Cheque crusado. Cheque circular.

XL V

O trabalho industrial e sua proteção: desenhos e modelos. Direitos de autor.

XL VI

Do nome comercial e do direito ao seu uso. Transmissão e perda do nome comercial. Sanção civil e comercial.

OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

XL VII

Conceito das obrigações, em geral: as obrigações comerciais e suas fontes. Teoria geral dos contratos: capacidade e incapacidade na matéria.

XL VIII

Conclusões dos contratos entre presentes: proposta a aceitação. Formas dos contratos comerciais e sua prova. Vícios de consentimento.

XLIX

Os contratos por correspondência: momento de formação de vínculo obrigacional. Teorias contrárias.

L

A teoria da vontade unilateral como uma das fontes geradoras das obrigações.

LI

Os contratos em espécie: a) a compra e venda mercantil. As faturas ou contas assinadas e sua regulamentação especial.

LII

Os contratos em espécie: b) os contratos de bolsa: 1) o contrato de riporto. 2) Os contratos a termo. A venda de coisas futuras. 3) Os contratos diferenciais.

LIII

Os contratos em espécie: c) os de abertura de crédito e de conta corrente.

LIV

Os contratos em espécie: d) os de garantia: 1) de penhor; 2) de fiança.

LV

Os contratos em espécie: e) o de depósito. Depósito regular e irregular. Depósito de dinheiro em bancos.

LVI

Depósito em armazens gerais. Os armazens gerais, suas funções e vantagens. Sistemas diversos de seu estabelecimento. Warrants.

LVII

Teoria geral dos títulos ao portador. Emissão e circulação de debentures pelas sociedades anônimas.

LVIII

Os contratos em espécie: f) o de seguros, sua origem e historia. Espécies de seguros. Seguros sobre a vida e contra os danos. Pessoas que figuram nos contratos de seguro.

LIX

Os contratos em espécie: g) o de transporte, especialmente o ferroviário, tanto de pessoas como de mercadorias.

LX

Da prescrição em Direito Comércial. Da prescrição geral e da especial.

4.^a CADEIRA

Direito Público e Internacional

PROFESSOR CATEDRÁTICO

Dr. Odilon Nestor

(TERÇAS, QUINTAS E SÁBADOS, ÀS 9 HORAS)

1 — Origens modernas do direito público internacional. — Fundamento desse direito. — Seu caráter universal. — Suas fontes.

2 — Direito internacional continental: europeu, americano, asiático, africano. — Conferências pan-americanas. — Conferências de Haia. — Sociedade das Nações.

3 — Formação e reconhecimento dos Estados. — Diversas formas de Estados. — Como eles se extinguem.

4 — Direitos internacionais dos Estados. — Direito de conservação. — Direito de independência. — Direito de igualdade. — Deveres dos Estados.

5 — Intervenção. — Teoria americana da intervenção. — Doutrinas de Monroe e de Drago.

6 — A Santa Sé no ponto de vista internacional. — O tratado de Latrão, de 11 de Fevereiro de 1929 e a concordata italiana. Soberania do Papa. — Relações jurídicas da Santa Sé com os Estados.

7 — Domínio internacional. — Domínio terrestre, aquático, aéreo e polar.

8 — O mar alto. — Liberdade dos mares. — Liberdade de navegação. — Liberdade de pesca. — Estabelecimento e proteção dos cabos submarinos.

9 — Os navios. — Sua nacionalidade. — Navios de guerra e navios de comércio. Os navios nas águas litorais de um Estado estrangeiro.

10 — As aeronaves. — Sua nacionalidade. Aeronaves acima do mar alto — Aeronaves privadas e aeronaves militares. — As aeronaves acima do território continental e das águas litorais de um Estado estrangeiro.

11 — Os representantes dos Estados. — Pessoal diplomático. — As funções diplomáticas. Prerogativas e imunidades dos agentes diplomáticos. — Os consules. — Suas atribuições.

12 — Relações jurídicas dos Estados. — Os tratados internacionais. — Condições de validade dos tratados. — Efeitos, execução e fim dos tratados.

13 — Meios conciliatórios de resolver os litígios entre os Estados. Negociações diplomáticas. — Congressos ou conferências. — Bons officios e mediação.

14 — Arbitragem. — Sua prática antes e depois das convenções de Haia. — Cláusulas e tratados de arbitragem. — Comissões internacionais de inquérito. — Os tratados Bryan.

15 — Corte de justiça internacional. — O protocolo de Genebra de 2 de Outubro de 1924 para a solução pacífica dos dissídios internacionais; os acordos de Locarno de 16 de Outubro de 1925. — O pacto contra a guerra Briand-Kellog ou Pacto de Paris de 27 de Agosto de 1928.

16 — Meios coercitivos de resolver as questões entre os Estados. — Meios de coerção individuais: represálias; embargo; boicotagem; bloqueio pacífico; ruptura das relações diplomáticas. Meios de coerção coletivos: bloqueio econômico; tratados de garantia, de segurança e de assistência mútua.

17 — A guerra. — Seus caracteres fundamentais. — As leis da guerra. Necessidade de uma declaração de guerra. — Formas e atos anexos da declaração de guerra. — Efeitos da declaração ou do começo das hostilidades.

18 — A guerra terrestre. — Os combatentes. — Meios de ataque e de defesa. — Direitos e obrigações dos beligerantes para com os militares e os súditos do inimigo.

19 — A ocupação do territorio inimigo. — Efeitos da occupação. — Legislação. — Administração da justiça. — Funcionários. — Imprensa. — Bens do Estado e dos estabelecimentos publicos.

20 — Respeito da propriedade privada. — Restrições impostas pelas necessidades da luta. — Requisições e contribuições pecuniárias.

21 — As relações entre os beligerantes. — Os parlamentários. — Salvo-conductos, licença e salvaguardas. — Armistício e suspensão d'armas. — Capitulações.

22 — A guerra marítima. — As forças navais regulares do Estado. — Marinha auxiliar. — O pessoal beligerante. — Meios lícitos e ilícitos de ataque e de defesa. — A propriedade privada do inimigo nessa guerra.

23 — Pessoas e cousas sujeitas á captura. — Exceções. — O pessoal religioso, médico e hospitalar. — As missões científicas. — Os navios de pesca, os navios-correios e outros. — A propriedade pública do inimigo na guerra marítima.

24 — Presas marítimas. — Lugar e época do apresamento. — Direitos e deveres do captor. — Tribunais de presas. — Organização, carater e competência d'esses tribunaes. — Processo e julgamento. — Côrte internacional das presas.

25 — A guerra aérea — A força armada dos Estados beligerantes. — Meios lícitos e ilícitos de ataque e de defesa. — A propriedade privada e a propriedade publica do inimigo.

26 — A neutralidade. — Deveres das potências neutras. — Deveres dos nacionaes neutros. — Direitos dos neutros.

27 — Liberdade commercial dos neutros. — Antiga prática internacional. — Declaração de Paris de 16 de Abril 1856. — Restrições á liberdade commercial dos neutros. — Declaração de Londres de 26 de Fevereiro de 1909. — A prática contemporânea : a guerra de 1914.

28 — Contrabando de guerra. — Objetos de contrabando. — Interdição do comércio de contrabando. — Contrabando por analogia ou assistência hostil.

29 — Bloqueio, sua legitimidade e seu fundamento juridico. — Condições de existência do bloqueio marítimo. — Efeitos do bloqueio. — Violação do bloqueio.

30 — Modos principais de terminar a guerra. — Tratados de paz. — Clausulas ordinárias e clausulas especiais dos tratados de paz. — Execução dos tratados de paz. — Direito de post-limínio.

